


 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-010-03
	ATA DE REUNIÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA	DATA REVISÃO:	01/04/2013
		ITEM NORMA:	7.2

ATA DA QUARTA (4ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA TERCEIRA (3ª) SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Ao vigésimo segundo (22º) dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete (2017), às dezesseis horas (16h), nos Auditórios de n.ºs 02 e 04, Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas realizou-se a quarta (4ª) Reunião Ordinária da Comissão. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Joaquim Noronha, Antonio Granja, Evandro Leitão, Mirian Sobreira e Elmano Freitas e Odilon Aguiar, Vice-Líder do Bloco PMDB/PSB/PMB, se autointroduziu na ausência do Deputado Roberto Mesquita, de acordo com o art. 70 do Regimento Interno. Os Deputados Roberto Mesquita, Carlos Matos e Walter Cavalcante justificaram suas ausências. Ausente o Deputado Dannel Oliveira. O Presidente Deputado Joaquim Noronha, constatando número regimental, deu início a reunião, dando por lida a ata da reunião anterior, sendo aprovada pelos presentes. Em seguida fez a leitura das correspondências recebidas: **Ofício nº 34/2017 – GAB, Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Fazenda**, encaminhando demonstrativo da Receita Corrente Líquida, referente ao mês de dezembro/2016, bem como o acumulado dos últimos 12 meses e **Ofício nº 92/2017 – ARJUS/SEJUS**, encaminhando 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 024/2015, firmado com a empresa ISM Gomes de Mattos cujo objeto é a utilização, pela conveniada, da mão-de-obra de apenados. Em seguida o Presidente comunicou aos presentes os Projetos que estão sob a relatoria do Deputado Carlos Matos, sendo os seguintes: **Projeto de Indicação nº 103/2015 de Aatoria da Deputada Rachel Marques** – “Dispõe sobre a destinação para as áreas de Educação e Saúde de parcela da participação do Estado do Ceará no resultado da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural nos termos da Lei Federal nº 12.585, de 09 de setembro de 2013” e **Emenda modificativa nº 01/2015 de autoria da mesma**, que modifica a ementa e os artigos 1º e 2º do projeto supracitado e **Projeto de Indicação nº 73/2016 de autoria do Deputado Dr. Santana** – “Dispõe sobre o incentivo à redução do consumo de água no Estado do Ceará e adota outras providências”. Dando sequência a Reunião o Senhor Presidente iniciou a discussão e votação das proposições e pareceres, sujeitos à

aprovação do Plenário, na qual constou as seguintes matérias: **Proposição n.º 12/2017 (oriunda da mensagem n.º 8.091) - de autoria do Poder Executivo -** “Altera o anexo IV, da lei n.º 13.659, de 20 de setembro de 2005, e alterações posteriores, e dá outras providências”, com parecer favorável do Deputado Evandro Leitão sendo aprovado pela comissão; **Proposição n.º 13/2017 (oriunda da Mensagem n.º 8.093) - de autoria do Poder Executivo -** “Autoriza a transferência de recursos financeiros por termo de fomento a pessoas jurídicas do setor privado, no âmbito do projeto Paulo Freire” e **emenda n.º 01/2017 – (Oriunda da Mensagem n.º 8.093) – de autoria do Deputado Evandro Leitão,** “Requer acatamento de emenda que modifica dispositivo do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem n.º 8.093, de 07 de fevereiro de 2017”. Após leitura do parecer favorável do Relator Deputado Walter Cavalcante, os Deputados Odilon Aguiar e Elmano Freitas solicitaram vista da matéria, sendo acatada pelo Presidente; ao **Projeto de Lei n.º 176/2015 de Autoria do Deputado Sérgio Aguiar –** “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais e de serviços fornecedores de alimentos destinarem um local único e específico para disponibilizar aos consumidores informações de alimentos produzidos e/ou comercializados sem lactose, glúten e açúcar”, com parecer favorável do Deputado Antônio Granja, pedido de vista ao Deputado Evandro Leitão, sendo atendido pelo Presidente e **Projeto de Indicação Nº 03/2016 de autoria do Deputado Naumi Amorim –** “Dispõe sobre autorização para a criação da Escola Estadual Agrícola no Município de Caucaia e dá outras providências”, com parecer favorável do Deputado Antônio Granja, sendo aprovado pela comissão. O Senhor Presidente comunicou aos presentes que a **Proposição n.º 122/2016 (oriunda da Mensagem n.º 8.074) - de autoria do Poder Executivo -** “Altera a Lei Nº. 13.875, de 7 de fevereiro de 2007 e dá outras providências”, com relatoria designada ao Deputado Elmano Freitas, foi devolvida à comissão e entrará na pauta de discussão e votação. Em seguida passou a palavra ao relator Deputado Elmano Freitas que emitiu parecer favorável à Mensagem, sendo aprovado pela comissão. Passando a relatar as seguintes emendas: **n.º 03/2016 de autoria da Deputada Mirian Sobreira -** “Requer acatamento de emenda que altera dispositivos do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem n.º 8.074, de 13 de dezembro de 2016, que altera

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS		CÓDIGO:	FQ-COTEC-010-03
	ATA DE REUNIÃO		DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA		DATA REVISÃO:	01/04/2013
			ITEM NORMA:	7.2

a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007”, prejudicada; nº **04/2016 – de autoria dos Deputados Evandro Leitão e Julinho** - “Requer acatamento de emenda que altera dispositivos do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 8.074, de 13 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007”, favorável nos termos da emenda nº 15; nº **05/2016 – de autoria do Deputado Danniell Oliveira** - “Revoga dispositivos do Projeto de Lei nº 122/2016, que extingue a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas”, favorável nos termos da emenda nº 15; nº **06/2016 – de autoria do Deputado Evandro Leitão** - “Requer acatamento da emenda que altera dispositivo do Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 8.074/2016”, favorável nos termos da emenda nº 15; nº **07/2016 – de autoria do Deputado José Albuquerque** – “Suprime dispositivos dos art.s 1º, 3º e 15 do Projeto de Lei nº. 122/16, que acompanha à Mensagem nº. 8.074/16 do Poder Executivo”, retirada pelo autor; nº. **08/2017 – de autoria do Deputado José Albuquerque** – “Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº. 122/16, que acompanha à Mensagem nº. 8.074/16 do Poder Executivo”, retirada pelo autor; nº. **09/2017 – de autoria do Deputado Elmano Freitas** – “Suprime os artigos 6º “item1.1.1”, parágrafo único do artigo 11, bem como o art. 5º, caput, §1º e §2º Mensagem nº 122/2016”, retirada pelo autor; nº. **10/2017 – de autoria do Deputado Heitor Férrer** - “Acrescenta artigo, onde couber, ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem nº 8074/2016”, contrário; nº. **11/2017 – de autoria dos Deputados: Jeová Mota, Julinho e Evandro Leitão** - “Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 122/16, que acompanha a Mensagem nº 8.074/2016 do Poder Executivo”, favorável nos termos da emenda nº 15; nº. **12/2017 – (Oriunda da Mensagem nº 8.074) – de autoria do Deputado Jeová Mota** - “Suprime o art. 9º e §§ 1º e 2º e do inciso II do art. 15 do Projeto de Lei nº 122/16, que acompanha à Mensagem nº 8.074/2016 do Poder Executivo”, favorável nos termos da emenda nº 15; nº. **13/2017 – de autoria da Deputada Rachel Marques** - “Suprime dispositivo do art. 1º do Projeto de Lei nº 122/16, que acompanha à Mensagem nº 8.074/2016 do Poder Executivo”, retirada pela autora; nº. **14/2017 - de autoria da Deputada Rachel Marques** - “Altera a redação do inciso V do art. 78 do Projeto de Lei nº 122/16, que acompanha a Mensagem nº 8.074/2016 do Poder Executivo”, retirada pela autora; nº **15/2017 - de autoria do Poder Executivo**, favorável. Colocado em

votação os pareceres do relator, foram aprovados pela comissão. O Deputado Odilon Aguiar, solicitou vistas ao parecer do projeto e das emendas, sendo negado pelo Presidente, por ter ocorrido após a votação do parecer dos mesmos e o atendimento seria antiregimental. O Deputado Odilon Aguiar informou que estava entrando com recurso da decisão do Presidente. O Senhor Presidente acatou o recurso, colocando em votação a decisão de não acatamento ao pedido de vistas, sendo aprovado por 4 votos contra 1 do Deputado Odilon Aguiar. O Deputado Odilon Aguiar informou que iria recorrer ao Plenário 13 de Maio, de acordo com o artigo 66, do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Joaquim Garcez Gomes Neto, Secretário da Comissão, lavrei, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos deputados presentes.

DEPUTADO JOAQUIM NORONHA _____

DEPUTADO ANTONIO GRANJA _____

DEPUTADO EVANDRO LEITÃO _____

DEPUTADA MIRIAN SOBREIRA _____

DEPUTADO ELMANO FREITAS _____

DEPUTADO ODILON AGUIAR _____

SECRETÁRIO-JOAQUIM GOMES GARCEZ NETO _____